

AUDITOR FISCAL DO TESOURO MUNICIPAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Assinale a opção em que é possível identificar sujeito exposto no enunciado.

- (A) Observa-se o uso excessivo de telas pelas crianças.
- (B) Fala-se muito em defesa da democracia.
- (C) Acredita-se que a inteligência artificial traz ameaça à criatividade.
- (D) Disseram que as colheitas serão melhores.
- (E) Houve muito tumulto na última sessão.

2

Leia o fragmento a seguir, do livro Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.

Sobre o trecho, é correto afirmar que

- (A) as metáforas usadas em referência à cidade e à favela evidenciam uma consciência crítica sobre os espaços públicos.
- (B) o uso do registro não padrão prejudica o desenvolvimento da narrativa e o entendimento do sentido global do texto.
- (C) as imagens que fazem referência ao espaço da favela demonstram uma visão realista e que traduzem afeto em relação a este ambiente.
- (D) o uso do registro não padrão revela a identidade linguística da periferia.
- (E) a expressão da fala popular se manifesta, exclusivamente, por meio de usos em desacordo com a norma padrão.

3

Assinale a opção em que o uso da próclise é obrigatório.

- (A) Os convidados que não dançavam se haviam espalhado por várias partes da casa.
- (B) Não lhe posso contar o que aconteceu depois desse dia.
- (C) E ele se pôs a caminho, mas a pé, para poupar o tostão do bonde.
- (D) Em se tratando de música, ele era o especialista.
- (E) Depois deste feito, Clara se sentiu completamente só no mundo.

4

Assinale a alternativa em que o elemento destacado possui classificação morfológica **diferente** dos demais.

- (A) À festa do doutor Campos, seguiram-se outras a que Ricardo deu a honra de sua presença e alegria da sua voz.
- (B) O major até mandara buscar o sulfato de cobre para a solução em que ia lavar a batata inglesa a plantar nos intervalos dos pés.
- (C) Repinicou o violão e continuou a cantar os lábios de Carola, onde encontrava a ilusão que adoça a vida.
- (D) Tinha, entretanto, pertencido a uma modesta roda de boêmios literatos e poetas, na qual, a par da poesia e de coisas de literatura, se discutia muita política.
- (E) Sentindo que a alcunha lhe era dirigida, não perdeu a dignidade, não prorrompeu em doestos e insultos.

5

Leonardo da Vinci, certa vez, definiu arte como aquilo que “diz o indizível, exprime o inexprimível e traduz o intraduzível”.

Sobre o processo de formação das palavras destacadas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os prefixos atribuem ao radical um sentido de negação.
- (B) Os prefixos ligam-se ao radical por meio da vogal temática -i.
- (C) São adjetivos formados a partir de verbos.
- (D) São palavras formadas por derivação parassintética.
- (E) Todas podem ser transformadas em orações adjetivas.

6

Observe o trecho a seguir, retirado de uma redação de aluno do Ensino Médio:

A democracia é um sistema que permite a cada cidadão expressar suas opiniões sem medo de represálias e escolher quem representará nossos ideais. Tornando-a um dos melhores meios de organização governamental.

O trecho destacado apresenta problemas em sua estrutura, que dizem respeito

- (A) à utilização de oração subordinada separada da oração principal por ponto final.
- (B) à ausência de paralelismo sintático.
- (C) ao uso de orações adjetivas explicativas com pontuação inadequada.
- (D) à falta de fluidez das ideias pela reiteração dos mesmos conceitos.
- (E) à pobreza vocabular, observada pela repetição de termos.

7

A partir da leitura dos fragmentos a seguir, retirados do romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, assinale a opção em que o valor semântico exposto pela forma verbal destacada está corretamente justificado.

- (A) Todos temeram, por algum tempo, que Crispina tivesse uma recaída do seu acesso de loucura. / ação que exprime duratividade quanto ao fato relatado.
- (B) Fui tomada por uma intensa ansiedade quando comecei a sentir tontura e enjoo quase diários. / ação que indica um evento que se prolonga até o momento atual.
- (C) Encontrei Belonísia agachada no mesmo pé de buriti de onde eu havia retirado os frutos. / ação iniciada no passado tomada em relação a outra ação também no passado.
- (D) Mas a surra repercutiu mais em seu íntimo do que o ardor e o machucado na pele. / ação que exprime dúvida do enunciador diante do enunciado.
- (E) Ao chegarmos a casa, só estavam Zezé e Domingas, pequenos, acompanhados de Dona Tonha. / ação que indica um presente histórico, com objetivo de dar vivacidade a fatos do passado.

8

Na frase “se para toda ação existe uma reação, é importante pensar nas consequências de cada ato”, a palavra destacada expressa uma ideia de

- (A) condição.
- (B) causa.
- (C) consequência.
- (D) tempo.
- (E) complementariedade.

9

A estratégia de coesão representada pelo elemento destacado está corretamente descrita em

- (A) abriu-se nesse dia uma garrafa de vinho do Porto, e os dois beberam-na em honra ao grande acontecimento. / retomada por reiteração.
- (B) era um pobre-diabo caminhando para os setenta anos, antipático, cabelo branco, curto e duro, como escova, barba e bigode do mesmo teor. / emprego de sinonímia.
- (C) não podia ouvir disparar perto de si uma espingarda, entusiasmava-se, porém, com tudo que cheirasse à guerra. / uso de hiperônimo.
- (D) um irmão do santíssimo entrara na estalagem, com a sua capa encarnada, a sua vara de prata em uma das mãos, na outra a salva do dinheiro. / antecipação por catáfora.
- (E) censurou os trabalhadores da pedreira, nomeando o próprio Jerônimo, cuja força física aliás o intimidara sempre. / utilização de pronome demonstrativo.

10

Assinale a alternativa que apresenta um uso correto dos recursos de pontuação.

- (A) Os candidatos, mais preparados, para participar do concurso de ingresso ao magistério público fizeram a sua inscrição pela internet.
- (B) Os candidatos, mais preparados para participar do concurso de ingresso ao magistério público fizeram sua inscrição pela internet.
- (C) Os candidatos mais preparados para participar do concurso de ingresso ao magistério público, fizeram sua inscrição pela internet.
- (D) Os candidatos mais preparados para participar, do concurso de ingresso ao magistério público fizeram sua inscrição pela internet.
- (E) Os candidatos, mais preparados para participar do concurso de ingresso ao magistério público, fizeram sua inscrição pela internet.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Seja P um ponto no plano onde há dois sistemas cartesianos S_1 e S_2 . O sistema S_2 tem sua origem coincidindo com o ponto de coordenadas $(2, -3)$ do sistema S_1 . Os eixos coordenados em S_2 são paralelos aos eixos correspondentes em S_1 e possuem as mesmas orientações destes.

Se as coordenadas de P no sistema S_2 são $P(1,2)$, então suas coordenadas no sistema S_1 são

- (A) $(3, 5)$.
- (B) $(3, -1)$.
- (C) $(-1, 5)$.
- (D) $(2, -3)$.
- (E) $(-3, 2)$.

12

As massas M das laranjas produzidas em certa fazenda seguem distribuição normal de média 180 g e variância 25 g². Seja Z uma outra variável aleatória com distribuição normal de média 0 e variância 1 .

Uma dessas laranjas é selecionada ao acaso. A probabilidade de que a massa da laranja escolhida seja maior que $175,8$ g e menor que $184,2$ g é

Dados:

$$P(Z > 0,168) = 0,43$$

$$P(Z > 0,840) = 0,20$$

- (A) 7%.
- (B) 14%.
- (C) 30%.
- (D) 44%.
- (E) 60%.

13

A proposição “Se hoje é domingo, então pelo menos uma padaria está fechada” é logicamente equivalente a

- (A) “Se todas as padarias estão abertas, então hoje não é domingo”.
- (B) “Se todas as padarias estão fechadas, então hoje não é domingo”.
- (C) “Se hoje não é domingo, então todas as padarias estão abertas”.
- (D) “Se hoje não é domingo, então todas as padarias estão fechadas”.
- (E) “Hoje é domingo e nenhuma padaria está fechada”.

14

Dois conjuntos A e B têm a mesma quantidade de elementos.

Se $A \cup B$ tem 11 elementos e $A \cap B$ tem 3 elementos, então A tem

- (A) 4 elementos.
- (B) 5 elementos.
- (C) 6 elementos.
- (D) 7 elementos.
- (E) 8 elementos.

15

Carlos comprou uma bicicleta por certo preço. Um mês após a compra, decidiu vendê-la por um preço 30% maior do que o preço de compra. Um mês após essa venda, Carlos recomprou a bicicleta por um valor 10% menor que o preço de venda.

Se, na segunda compra, pagou R\$ 595,00 a mais do que na primeira compra, então o preço de venda foi

- (A) R\$ 3.500,00.
- (B) R\$ 3.650,00.
- (C) R\$ 4.095,00.
- (D) R\$ 4.225,00.
- (E) R\$ 4.550,00.

16

Amílcar, Berenice, Constantino e Doroteia trabalham em diferentes setores de uma mesma empresa. Esses setores são: contabilidade, *marketing*, TI e vendas. Cada um deles vai diariamente para o trabalho de uma forma distinta.

Amílcar trabalha no setor contábil e vai para o trabalho de bicicleta. A pessoa mais nova entre os quatro é uma mulher, vai para o trabalho de ônibus e trabalha no setor de *marketing*. A pessoa de maior idade entre eles também é uma mulher, tem 49 anos e vai para o trabalho a pé. Constantino não trabalha no setor de vendas e é mais novo que Doroteia. Dos quatro, aquele que trabalha no setor de TI tem 35 anos e vai para o trabalho de carro. Se as idades desses indivíduos formam uma sequência em que a diferença entre dois termos consecutivos é 7, então, entre eles

- (A) quem trabalha no setor de *marketing* tem 42 anos.
- (B) Berenice trabalha no setor de vendas.
- (C) Amílcar tem 42 anos.
- (D) um dos dois homens citados tem 28 anos.
- (E) quem trabalha no setor de vendas tem 28 anos.

17

Um quadrado tem seus lados AB, BC, CD e DA medindo 12 cm. Considere um ponto E sobre o lado CD, tal que a medida do segmento CE é o triplo da medida do segmento DE. Traçam-se os segmentos AE e BD, interiores ao quadrado, intersectando-se no ponto F.

Sabendo-se que a distância entre um ponto e um segmento é dada de forma perpendicular a este, é correto afirmar que a distância de F ao lado AB é

- (A) 10,0 cm.
- (B) 9,6 cm.
- (C) 9,2 cm.
- (D) 9,0 cm.
- (E) 8,8 cm.

18

Um empréstimo será quitado com 5 prestações consecutivas mensais postecipadas, segundo o Sistema de Amortizações Constantes (Tabela SAC).

O valor da penúltima prestação é R\$ 6.156,00, dos quais R\$ 456,00 correspondem aos juros e o restante, à amortização.

Se a taxa mensal de juros permanece inalterada desde a contratação do empréstimo até a sua quitação, então o valor da primeira prestação está entre

- (A) R\$ 6.700,00 e R\$ 6.750,00.
- (B) R\$ 6.750,00 e R\$ 6.800,00.
- (C) R\$ 6.800,00 e R\$ 6.850,00.
- (D) R\$ 6.850,00 e R\$ 6.900,00.
- (E) R\$ 6.900,00 e R\$ 6.950,00.

19

Uma equipe de atendimento na área de saúde é formada, ao todo, por 6 enfermeiros e 4 médicos. A cada dia, exatos três plantonistas são escolhidos entre os integrantes dessa equipe, sendo um deles médico e os demais, enfermeiros.

Quem monta a escala de plantonistas sabe que certo médico e certo enfermeiro preferem, por razões pessoais, não trabalhar juntos.

Assim, se o responsável pela montagem da escala respeitar essas particularidades, o número total de trios distintos de plantonistas é

- (A) 55.
- (B) 60.
- (C) 85.
- (D) 105.
- (E) 115.

20

A prefeitura de uma cidade está preocupada com o elevado índice de acidentes automobilísticos que vêm acontecendo em determinada rodovia.

O número de acidentes nesse local pode ser modelado por uma distribuição Poisson de média λ . A prefeitura decide registrar o número X de acidentes nessa rodovia ao longo de um mês para testar a hipótese de que o número médio de acidentes nesse intervalo é maior que 20.

Assim, foi definido que:

$$H_0: \lambda = 20$$

$$H_1: \lambda > 20$$

E a hipótese nula será rejeitada se $X > 26$.

É correto afirmar que a probabilidade de que seja cometido erro do Tipo I corresponde à

- (A) $P(X \geq 25 \mid \lambda = 20)$.
- (B) $P(X \geq 25 \mid \lambda = 26)$.
- (C) $P(X \geq 26 \mid \lambda = 20)$.
- (D) $P(X \geq 27 \mid \lambda = 20)$.
- (E) $P(X \geq 27 \mid \lambda = 26)$.

Direito Administrativo

21

João, estudante de Direito, defendeu o seu trabalho de conclusão de curso sobre a potencial existência de recursos minerais, inclusive no subsolo, e de sítios arqueológicos e pré-históricos no Município de Nova Iguaçu, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e a classificação dos bens públicos quanto à titularidade, é correto afirmar que os

- (A) recursos minerais, inclusive os do subsolo pertencem ao Estado do Rio de Janeiro. Por sua vez, os sítios arqueológicos e pré-históricos são de titularidade da União Federal.
- (B) recursos minerais, inclusive os do subsolo pertencem à União Federal. Por sua vez, os sítios arqueológicos e pré-históricos são de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.
- (C) recursos minerais, inclusive os do subsolo e os sítios arqueológicos e pré-históricos pertencem ao Município de Nova Iguaçu.
- (D) recursos minerais, inclusive os do subsolo e os sítios arqueológicos e pré-históricos pertencem ao Estado do Rio de Janeiro.
- (E) recursos minerais, inclusive os do subsolo e os sítios arqueológicos e pré-históricos pertencem à União Federal.

22

Caio, agente público, é investigado pela suposta prática de ato doloso de improbidade administrativa, que teria causado significativo prejuízo ao erário. Em assim sendo, o referido servidor entrou em contato com o seu advogado, o qual lhe prestou diversos esclarecimentos sobre a legislação de regência, em especial sobre a temática da prescrição.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é **incorreto** afirmar que o prazo prescricional se interrompe pela

- (A) publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência.
- (B) publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.
- (C) publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.
- (D) publicação de decisão de recebimento da petição inicial na ação de improbidade administrativa.
- (E) publicação da sentença condenatória.

23

A sociedade empresária XYZ, interessada em participar de um processo licitatório cujo edital fora publicado pelo Estado *Alfa*, tomou conhecimento de que poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que

- (A) a garantia de proposta deverá ser prestada em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido por ato do Ministro da Casa Civil.
- (B) a garantia de proposta poderá ser dispensada, por decisão motivada da autoridade administrativa competente, a pedido do licitante interessado, desde que se trate de empresa constituída e em funcionamento há mais de um ano e que tenha notória especialização na matéria objeto da contratação pública.
- (C) a garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de trinta dias, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- (D) implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- (E) a garantia de proposta não poderá ser superior a dez por cento do valor estimado para a contratação.

24

João, agente público, editou um ato administrativo, de natureza ilegal, com o objetivo precípuo de beneficiar os seus parentes, sem qualquer pretensão de satisfazer o interesse público primário.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a conduta de João é caracterizadora de

- (A) excesso de poder, motivo pelo qual o ato administrativo deverá ser revogado.
- (B) desvio de finalidade, motivo pelo qual o ato administrativo deverá ser revogado.
- (C) excesso de poder, motivo pelo qual o ato administrativo deverá ser anulado.
- (D) desvio de poder, motivo pelo qual o ato administrativo deverá ser revogado.
- (E) desvio de poder, motivo pelo qual o ato administrativo deverá ser anulado.

25

Guilherme, Juiz de Direito, em conversa com amigos, disse estar muito feliz com a trajetória profissional percorrida pelos seus três filhos, afirmando que Lucas, atualmente, é estagiário contratado pelo Poder Executivo do Estado *Alfa*. Os demais descendentes, por sua vez, foram aprovados em concorridos concursos públicos: Matheus ocupa um emprego público em uma sociedade de economia mista e Jonas é titular de um cargo público no âmbito de uma autarquia.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto às espécies de agentes públicos, é correto afirmar que

- (A) Lucas é um particular em colaboração com o Estado. Matheus, por sua vez, é um servidor público celetista. Por fim, Jonas é um servidor público estatutário.
- (B) Lucas é um servidor público temporário. Matheus, por sua vez, é um servidor público celetista. Por fim, Jonas é um servidor público estatutário.
- (C) Lucas é um servidor público temporário. Matheus, por sua vez, é um servidor público estatutário. Por fim, Jonas é um servidor público celetista.
- (D) Lucas é um particular em colaboração com o Estado. Matheus e Jonas, por sua vez, são servidores públicos celetistas.
- (E) Lucas é um servidor público temporário. Matheus e Jonas, por sua vez, são servidores públicos estatutários.

Direito Constitucional

26

Uma Lei municipal concedeu isenção de IPTU, beneficiando municípios inseridos em contexto de especial vulnerabilidade, sem realizar prévia estimativa de impacto financeiro e orçamentário na proposta legislativa.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a estimativa de impacto financeiro e orçamentário da norma não é obrigatória para Lei que concede isenção de IPTU beneficiando municípios inseridos em contexto de especial vulnerabilidade, pois garante a efetividade de direitos fundamentais.
- (B) a exigência de prévia estimativa de impacto financeiro e orçamentário na proposta legislativa que implique renúncia de receita tributária não acarreta inconstitucionalidade se for suprida por estudo posterior à promulgação da lei.
- (C) a ausência de prévia estimativa de impacto financeiro e orçamentário na proposta legislativa que implique renúncia de receita tributária não acarreta vício de inconstitucionalidade, pois tal exigência é matéria *interna corporis* do Poder Legislativo.
- (D) a norma constitucional que exige prévia estimativa de impacto está disposta no ato das disposições constitucionais transitórias e, por esse motivo, não é de reprodução obrigatória pelos estados-membros.
- (E) a ausência de prévia estimativa de impacto financeiro e orçamentário na proposta legislativa que implique renúncia de receita tributária acarreta a inconstitucionalidade formal da norma.

27

A Constituição do Estado Alfa ao disciplinar as normas a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e do Tribunal de Contas do Estado permitiu mais de uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo diretivo do respectivo Tribunal.

Diante do exposto e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que é

- (A) inconstitucional a norma disciplinada pela Constituição do Estado, pois a iniciativa para legislar sobre servidor público é privativa do Chefe do Poder Executivo estadual.
- (B) constitucional a referida norma, que não reproduz a regra da Constituição Federal sobre os Tribunais de Contas locais, pois a Constituição do Estado, em razão do poder constituinte decorrente, tem autonomia para disciplinar de forma diversa.
- (C) inconstitucional, por violar os princípios republicano e democrático, a referida norma da Constituição estadual, que permite mais de uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo diretivo do Tribunal de Contas local.
- (D) constitucional, por observar os princípios republicano e democrático, a referida norma da Constituição estadual, que permite mais de uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo diretivo do Tribunal de Contas local.
- (E) inconstitucional a norma da Constituição do Estado que disciplina matéria *interna corporis* do Tribunal de Contas do Estado, pois tal regramento deve ser realizado pelo próprio Tribunal, em razão de sua autonomia administrativa.

28

Determinado Juízo de primeiro grau reconheceu o direito de uma freira em utilizar o seu hábito religioso na fotografia para a renovação de sua carteira nacional de habilitação, afastando norma administrativa do Departamento de Trânsito local que proibia, para esse fim, o uso de qualquer tipo de adereço religioso que cobrisse parte do rosto ou da cabeça.

Diante do exposto e à luz da ordem constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) agiu corretamente o Juízo, pois é constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível.
- (B) não agiu corretamente o Juízo, pois é inconstitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, ainda que adequada identificação individual, com rosto visível.
- (C) não agiu corretamente o Juízo, pois não é assegurada, nas fotografias de documentos oficiais, a possibilidade de utilização de vestimentas ou acessórios que representem manifestação da fé, à luz do princípio da laicidade estatal.
- (D) não agiu corretamente o Juízo, pois com amparo no princípio da proporcionalidade, a restrição ao uso dessas vestimentas ou acessórios garante direito coletivo à segurança pública, de modo que há razoabilidade na medida.
- (E) agiu corretamente o Juízo, pois não é possível proibir acessório religioso mesmo que cubra o rosto e impeça a plena identificação da pessoa, em razão do direito fundamental à liberdade de crença e religião.

29

A Lei Y do Estado Alfa instituiu cadastro de pessoas com condenação definitiva por crimes contra a dignidade sexual praticados contra criança ou adolescente ou por crimes de violência contra a mulher, desde que não haja publicização dos nomes das vítimas ou de informações que permitam a sua identificação.

Diante do exposto e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a Lei Y é inconstitucional, pois, ao criar cadastros dessa natureza, disciplina matéria relativa à segurança pública, cuja competência legislativa é municipal.
- (B) a Lei Y é inconstitucional, pois, ao criar cadastros dessa natureza, disciplina matéria relativa a direito penal, cuja competência legislativa é privativa da União.
- (C) a Lei Y é inconstitucional, pois, ao criar cadastros dessa natureza, disciplina matéria relativa à segurança pública, cuja competência legislativa é privativa do Estado.
- (D) a Lei Y é constitucional, pois, ao criar cadastros dessa natureza, disciplina matéria relativa a direito penal, cuja competência legislativa é concorrente do Estado.
- (E) a Lei Y é inconstitucional, pois, ao criar cadastros dessa natureza, disciplina matéria relativa a regras gerais de proteção de direitos fundamentais da criança e adolescente, cuja competência legislativa é privativa da União.

30

A Norma Beta da Constituição estadual obrigou a criação de Procuradorias nos municípios e permitiu a contratação, sem concurso público, de advogados para nelas atuarem.

Diante do exposto e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o referido dispositivo é

- (A) constitucional, visto que a possibilidade de contratação direta e genérica de serviços de representação judicial e extrajudicial é prevista na Constituição da República.
- (B) inconstitucional, em razão da ofensa aos postulados da autonomia municipal e do concurso público para provimento de cargos.
- (C) constitucional, pois o texto constitucional federal previu a obrigatoriedade de instituição de Procuradorias municipais, sendo esta de repetição obrigatória pela Constituição local.
- (D) inconstitucional, pois, em razão do princípio federativo, a dispensa de concurso público para os advogados representarem o município em juízo deve ser prevista na Lei Orgânica do Município e não na Constituição estadual.
- (E) constitucional, pois a Constituição estadual pode inovar em suas determinações em relação ao Estado e municípios nele localizados.

Tecnologia da Informação

31

No desenvolvimento de aplicações modernas, o uso de *web services* é fundamental para a comunicação entre diferentes sistemas de software. Uma das escolhas que um desenvolvedor deve fazer é entre REST e SOAP.

Considerando os padrões e práticas atuais, a afirmativa correta sobre REST e SOAP é:

- (A) REST exige menos largura de banda e recursos, pois usa menos *overhead* de comunicação.
- (B) REST suporta apenas o protocolo HTTP, enquanto SOAP pode usar outros protocolos, como SMTP e FTP.
- (C) REST não é compatível com o formato JSON, favorecendo exclusivamente o uso de XML.
- (D) REST é um protocolo mais antigo, por isso é mais compatível com sistemas legados.
- (E) REST e SOAP têm o mesmo desempenho e eficiência em redes com alta latência.

Atenção!

O texto a seguir refere-se às três próximas questões.

Seja um banco de dados relacional especificado em SQL de uma empresa de correspondência entre clientes, instituições financeiras e empréstimos contratados por esses clientes nessas instituições, previamente implementado em um banco de dados como a seguir:

```
create table tb_cliente
```

```
( id_cliente integer primary key,
  num_cpf char(11) unique,
  nome varchar(50) not null,
  email varchar(20),
  telefone varchar(20),
  endereco varchar(100),
  cidade varchar(20),
  estado char(2) );
```

```
create table tb_financaira
```

```
( id_financaira integer primary key,
  razao_social varchar(30) not null,
  cidade varchar(30) not null,
  estado char(2) not null );
```

```
create table tb_emprestimo
```

```
( id_financaira integer references tb_financaira,
  id_cliente integer references tb_cliente,
  valor real not null check(valor>0),
  dia integer not null
  check(dia>=1 and dia<=31),
  mes integer not null
  check(mes>=1 and mes<=12),
  ano integer not null
  check(ano>=1980 and ano<=2100),
  primary key(id_financaira,id_cliente,dia,mes,ano) );
```

OBS: Neste banco de dados, cadeias de caracteres (*strings*) são representadas envoltas em aspas simples.

32

Com vistas à detecção de movimentações atípicas, um auditor desenvolveu uma consulta que identificasse médias de empréstimos em meses de 2024 que fossem destoantes do comportamento da média de empréstimos desse mesmo ano.

Para isso, ele desenvolveu a consulta a seguir, que necessita ser complementada:

```
select f.id_financeira, c.id_cliente, e.mes,
avg(e.valor)
from tb_cliente c natural join tb_emprestimo e
natural join tb_financeira f
where e.ano = 2024
group by f.id_financeira, c.id_cliente, e.mes, e.ano
having avg(e.valor) >=
    (/* COMPLEMENTAR */)
```

A fim de substituir o trecho da consulta, marcado com o comentário **/* COMPLEMENTAR */**, assinale a subconsulta que corretamente atende ao objetivo almejado pelo auditor.

- (A) select avg(e.valor) from tb_financeira f2 where e.id_cliente = c.id_cliente and f2.id_financeira = f.id_financeira group by f2.id_financeira, e.ano
- (B) select avg(e2.valor) from tb_emprestimo e2 group by e2.ano
- (C) select avg(e2.valor) from tb_emprestimo e2 where e.id_cliente = c.id_cliente and e.id_financeira = f.id_financeira and e.ano = e.ano group by f.id_financeira, e2.ano
- (D) select avg(e2.valor) from tb_emprestimo e2 where e2.id_cliente = c.id_cliente and e2.id_financeira = f.id_financeira and e2.ano = e.ano group by f.id_financeira, e2.ano
- (E) select avg(e2.valor) from tb_emprestimo where e2.id_cliente = c.id_cliente and e2.id_financeira = f.id_financeira group by f.id_financeira, e2.ano

33

Para fins de investigação, os auditores da empresa desejam saber os nomes dos clientes que contrataram empréstimos em todas as financeiras.

Assinale a consulta que apresenta o resultado desejado pelos auditores.

- (A) select c.nome from tb_cliente c where exists (select 1 from tb_emprestimo e where e.id_cliente = c.id_cliente)
- (B) select c.nome from tb_cliente c where id_cliente = all (select id_financeira from tb_emprestimo)
- (C) select c.nome from tb_cliente c where not exists (select id_financeira from tb_financeira except select e.id_financeira from tb_emprestimo e where e.id_cliente = c.id_cliente)
- (D) select distinct c.nome from tb_financeira f natural join tb_emprestimo e full join tb_cliente c on c.id_cliente = e.id_cliente
- (E) select distinct c.nome from tb_financeira natural join tb_emprestimo natural join tb_cliente c

34

Para a conferência de empréstimos realizada pelos clientes, os auditores dispõem da seguinte visão:

```
create view v_max_emp_cli(cli,ano,val) as
select c.nome, e.ano, count(e.valor)
from tb_cliente c, tb_emprestimo e
group by c.nome, e.ano
```

Um auditor deseja saber quais os clientes cujo nome termina em 'MORAES' no ano de 2024, utilizando essa estrutura de visão anteriormente apresentada.

Assinale a opção que apresenta a consulta que atende ao objetivo em tela, sabendo-se que os nomes dos clientes foram todos cadastrados utilizando-se exclusivamente caracteres alfabéticos maiúsculos.

- (A) select c.nome from v_max_emp_cli where cli = '%MORAES' and ano = 2024
- (B) select c.nome from v_max_emp_cli where cli LIKE '%MORAES%' and ano = 2024
- (C) select cli from v_max_emp_cli where cli = '%MORAES' and ano = 2024
- (D) select cli from v_max_emp_cli where cli like '%MORAES' and ano = 2024
- (E) select cli from v_max_emp_cli where cli like '%MORAES%' and ano = 2024

35

No contexto da auditoria, onde a precisão e a integridade dos dados são essenciais para garantir a conformidade e a transparência financeira, o Big Data desempenha um papel significativo, emergindo como uma ferramenta poderosa para extrair *insights* valiosos a partir de grandes volumes de informações. Em Big Data, é importante conhecer e relacionar os princípios fundamentais subjacentes a esse campo. Entre esses princípios, destacam-se os "V's" do Big Data – **Volume**, **Velocidade**, **Variedade**, **Veracidade** e **Valor** – que servem como base para a compreensão e aplicação eficaz dessa tecnologia inovadora.

Assinale o aspecto que descreve corretamente o papel do Big Data na auditoria.

- (A) Big Data aplicada à auditoria permite análises mais abrangentes e preditivas, aplicando o conceito de variedade, por utilizar dados de várias fontes para identificar padrões e anomalias.
- (B) Big data aplica-se à auditoria, já que a natureza dos dados-alvo de análises contempla a característica da volatilidade, ou seja, inclui os tipos e a frequência dos dados que afetam as ferramentas de gerência de dados.
- (C) Big Data é uma tecnologia não aplicável à auditoria, dada a necessidade de imposição de sigilo dos dados, que limita o volume de dados passível de uso.
- (D) Big Data não tem refletido o conceito de valor na auditoria, pois os métodos tradicionais são suficientes, pela natureza dos documentos fiscais.
- (E) Big Data refere-se apenas a conjuntos de dados armazenados em bancos de dados relacionais, a fim de garantir a veracidade implícita da arquitetura ANSI/SPARC.

36

Os modelos de dados desempenham um papel fundamental na área de tecnologia da informação e em diversos campos relacionados. Eles são essenciais para representar, organizar e estruturar informações de maneira coerente e compreensível. Eles nos proporcionam base para projetar sistemas, bancos de dados e aplicações, permitindo que as organizações gerenciem seus dados de forma eficiente.

Assinale a alternativa que descreve corretamente uma característica referente aos modelos de dados.

- (A) A cardinalidade em um diagrama ER refere-se à quantidade de atributos em cada entidade.
- (B) Uma entidade é uma representação abstrata de um objeto, conceito ou elemento do mundo real que possui significado.
- (C) Atributos-chave são características exclusivas de entidades, não podendo ser utilizadas em relacionamentos.
- (D) Os atributos em um diagrama ER representam os relacionamentos entre as entidades.
- (E) Um atributo multivalorado de uma entidade representa uma característica que pode ser deduzida de outros atributos da entidade.

37

Uma empresa foi acusada de manipulação em documentos de licitações, utilizando um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos para alterar propostas após o fechamento do período de submissão.

Dentre as práticas COBIT 5 a seguir, assinale aquela capaz de prevenir tal ocorrência.

- (A) Gerenciamento de Configuração.
- (B) Recuperação de desastres e Continuidade de Negócios.
- (C) Controles de Acesso, auditoria e Monitoramento.
- (D) Gestão de Relacionamento com Fornecedores.
- (E) Gerenciar definição de requisitos.

38

A prefeitura de uma cidade contratou uma equipe de TI para desenvolver um portal colaborativo para digitalização e colaboração entre setores.

No ciclo de desenvolvimento de software, com foco na garantia da qualidade e segurança dos sistemas, assinale o domínio do COBIT 5 que orienta as práticas de Gestão de TI do desenvolvimento.

- (A) Avaliar, Direcionar e Monitorar (EDM).
- (B) Alinhar, Planejar e Organizar (APO).
- (C) Construir, Adquirir e Implementar (BAI).
- (D) Entregar, Servir e Suportar (DSS).
- (E) Monitorar, Avaliar e Avaliar (MEA).

39

Durante uma auditoria no setor público municipal, foi identificada a necessidade de aprimorar o sistema de gestão da segurança da informação.

Assinale a ação que assegura a integridade e também a autenticidade dos documentos eletrônicos emitidos por essa entidade.

- (A) Implementar um sistema baseado em senha para acesso aos documentos eletrônicos.
- (B) Utilizar algoritmos de criptografia simétrica para a assinatura digital dos documentos.
- (C) Adotar um protocolo de autenticação que dependa exclusivamente de reconhecimento facial.
- (D) Empregar certificados e assinaturas digitais para os documentos.
- (E) Basta limitar o acesso físico aos servidores que hospedam os documentos.

40

Uma organização deseja implementar uma nova aplicação para melhorar a gestão de recursos humanos.

Considerando a atuação do COBIT 5 em cada fase do ciclo de vida do software, assinale a sentença correta.

- (A) Fase de Iniciação: O COBIT 5 não desempenha um papel significativo nesta fase, pois seu foco é mais relevante nas etapas de monitoramento e avaliação do ciclo de vida.
- (B) Fase de Planejamento: O COBIT 5 é utilizado apenas para definir os requisitos de segurança da informação, sem influenciar outros aspectos do planejamento do software.
- (C) Fase de Execução: O COBIT 5 apoia principalmente na implementação de processos de controle interno, que são secundários à gestão de projetos realizada por outras metodologias como o PMBOK.
- (D) Fase de Monitoramento e Avaliação: O COBIT 5 é aplicado intensivamente para garantir a conformidade e o alinhamento do software com os objetivos estratégicos da organização, além de realizar o acompanhamento do desempenho e da eficácia do software.
- (E) Fase de Manutenção: O COBIT 5 apenas revisa os processos de atualização do software, deixando a gestão de falhas e bugs para ser tratada por processos operacionais padrão sem integração com o framework de governança.

Conhecimentos Específicos

Direito Tributário

41

A empresa Alfa, optante do Simples Nacional, realizou parcelamento de tributos federais por meio de REFIS. Todavia, em virtude de dificuldades financeiras não conseguiu mais quitar as parcelas do REFIS. Em virtude disso, a Fazenda Nacional publicou em Diário Oficial a exclusão da empresa Alfa do Simples Nacional. Sobre a situação descrita, é correto afirmar que

- (A) a Fazenda Nacional não poderia ter publicado em Diário Oficial a exclusão da empresa Alfa do REFIS, em virtude do sigilo fiscal.
- (B) para a exclusão não é necessária a notificação prévia do contribuinte, uma vez que o inadimplemento de parcelamento é condição para a exclusão.
- (C) para a exclusão é necessária a notificação pessoal do contribuinte, lavrando-se o Termo de Exclusão em duas vias, que necessita ter a assinatura do auditor fiscal e do contribuinte excluído.
- (D) para a exclusão é necessária a notificação prévia do contribuinte, a fim de que o contribuinte possa se manifestar sobre eventuais irregularidades acerca de sua exclusão.
- (E) a Fazenda Nacional somente pode excluir a empresa Alfa por meio de ação cautelar fiscal, ou mandado de segurança.

42

A Constituição Federal de 1988 representou a consolidação da redemocratização do Estado brasileiro, e finalmente reconstituiu o Sistema Tributário Nacional.

Sobre o STN, é correto afirmar que

- (A) redistribuiu os tributos entre os entes federativos e a respectiva repartição de receitas financeiras, e restringiu os direitos e as garantias dos contribuintes.
- (B) solidificou a autonomia dos Estados e Municípios, atenuando os desequilíbrios regionais, e ampliando o poder de tributar desses entes para que eles possam instituir tributos não previstos na Constituição.
- (C) é um subsistema ou parcela do ordenamento jurídico nacional delineado essencialmente pela Constituição de 1988 e detalhado pela legislação infraconstitucional para o exercício do poder estatal de tributar aplicado a bases econômicas de incidência.
- (D) impôs limitações ao poder de tributar estatal, estendendo à seara fiscal os valores de segurança jurídica, de liberdade e de igualdade, extinguindo a repartição de receitas financeiras dos Estados e Municípios, para a almejada justiça social.
- (E) é um subsistema que guarda relação com a Constituição como um todo, sobretudo com os princípios formais e materiais e com os direitos fundamentais, atenuando os desequilíbrios regionais, centralizando todos os tributos e suas respectivas arrecadações na União, necessário para a o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

43

O Estado Democrático de Direito é fundado a partir de três pilares: liberdade, igualdade e segurança jurídica, valores que se encontram espalhados por todo o texto da Constituição Federal de 1988.

Sobre os princípios constitucionais tributários, analise as afirmativas abaixo:

- I. O princípio da anterioridade indica que o tributo não pode ser cobrado no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, bem como deverá ser respeitado um lapso temporal de 90 dias.
- II. O princípio da progressividade indica que a incidência do tributo deve ser crescente ou decrescente de acordo com a essencialidade do bem sobre o qual recai.
- III. O princípio da solidariedade indica que somente os cidadãos com maior capacidade contributiva devem contribuir para as despesas coletivas do Estado, para que se possa construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- IV. O Princípio do Não Confisco veda a tributação excessiva que possa violar o direito de propriedade, visando proteger o contribuinte contra ações fiscais abusivas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

44

A Igreja Renovação adquiriu três imóveis, um ao lado do outro no município Alfa. No imóvel do meio destinou para a realização de seus cultos, e nos imóveis ao lado, resolveu alugar para terceiros, e reverter os proventos dos aluguéis para as atividades da Igreja. O imóvel da direita foi alugado por uma lanchonete e o imóvel da esquerda foi alugado por uma livraria. No ano seguinte, a Igreja Renovação recebeu três cobranças tributárias do Município Alfa: a primeira e a segunda referentes à cobrança de IPTU sobre as áreas destinadas à lanchonete, e à livraria, respectivamente, e a terceira referente à taxa de coleta de lixo domiciliar do imóvel do meio.

Sobre essas cobranças é correto afirmar que

- (A) as três cobranças são inválidas, em virtude do princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto.
- (B) as duas cobranças de IPTU são válidas, visto que os imóveis apesar de pertencerem à Igreja Renovação, não são os locais do culto, e por isso não são abrangidos pelo princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto. Já a taxa é inválida, pois refere-se ao imóvel do meio, ou seja, o local onde ocorrem os cultos.
- (C) as duas cobranças de IPTU são inválidas, em virtude do princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto, que são estendidas aos imóveis alugados a terceiros, pois o valor dos aluguéis é aplicado nas atividades fim da instituição. A taxa de coleta domiciliar de lixo é válida, visto que a imunidade se restringe apenas aos impostos.
- (D) as três cobranças são válidas. Isso porque os imóveis apesar de pertencerem à Igreja Renovação, não são os locais do culto, e por isso não são abrangidos pelo princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto. E a taxa de coleta domiciliar é válida, visto que a imunidade se restringe apenas aos impostos.
- (E) as três cobranças são inválidas, visto que a imunidade se restringe apenas aos impostos.

45

Com relação aos impostos dos Municípios, é correto afirmar que

- (A) compete aos municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, sobre serviços de qualquer natureza, sobre a transmissão de bens “*inter vivos*” por ato oneroso, e impostos não previstos na Constituição.
- (B) com relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, cabe a lei ordinária fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.
- (C) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana terá sua base de cálculo atualizada anualmente pelo Poder Legislativo, conforme critérios estabelecidos em Resolução específica.
- (D) o imposto sobre a transmissão de bens “*inter vivos*” por ato oneroso não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
- (E) os Municípios poderão instituir impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

46

A repartição de receitas públicas corresponde a um conjunto de transferências financeiras entre as unidades da federação.

Com relação a essa modalidade de transferência financeira intergovernamental é correto afirmar que

- (A) essas receitas não se originam dos próprios cofres públicos, decorrem de receitas derivadas que serão repartidas, a fim de se estabelecer um maior equilíbrio financeiro entre as unidades da federação.
- (B) os fundos de participação ou de financiamento, cujas receitas são posteriormente repartidas entre os respectivos beneficiários, referem-se à modalidade direta de repartição de receitas tributárias.
- (C) caberá 25% do ITR aos Municípios, relativos aos imóveis nele situados, sendo que esse percentual será de 50%, se o imposto for fiscalizado e cobrado pelo próprio Município.
- (D) a retenção na fonte de certos tributos, em que o ente arrecada diretamente o tributo do outro ente detentor da competência tributária originária, sem a necessidade do repasse, refere-se à modalidade direta de repartição de receitas tributárias.
- (E) as transferências financeiras são de natureza obrigatória, vez que constitucionalmente definidas, e não se confundem com as transferências voluntárias ou discricionárias entre os entes federativos firmadas por meio de acordos ou convênios.

47

A atribuição constitucional da competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios.

Sobre este instituto, é correto afirmar que

- (A) não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- (B) a atribuição da competência tributária não pode ser revogada a qualquer tempo, deve respeitar o princípio da anterioridade e da noventena.
- (C) os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, a competência legislativa pertencerá ao ente que receberá a receita distribuída.
- (D) a capacidade tributária é indelegável, enquanto a competência tributária é delegável.
- (E) são modalidades de competência tributária: a competência exclusiva ou subjetiva, a competência estatal e a competência privada.

48

Com relação às limitações da Competência Tributária previstas no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) a União pode instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, para favorecer determinado Estado ou Município, no intuito de tentar diminuir as desigualdades.
- (B) os Estados em casos excepcionais podem instituir empréstimos compulsórios, nos casos de guerra externa, ou sua iminência.
- (C) a imunidade recíproca aplica-se exclusivamente aos serviços próprios das pessoas jurídicas pertencentes à Administração Direta e Indireta, e inerentes aos seus objetivos.
- (D) a União pode instituir isenção de tributos estaduais e municipais para os serviços públicos que conceder, mediante lei especial e tendo em vista o interesse comum.
- (E) os Municípios poderão instituir empréstimos compulsórios nos casos de calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.

49

Os Tratados Internacionais são uma relevantíssima fonte do Direito Tributário Internacional, e sua aplicação na relação com o direito brasileiro guarda algumas peculiaridades.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o conteúdo e o alcance dos tratados e convenções internacionais restringem-se aos das leis em função das quais foram expedidos, e precisam observar tratados posteriores que lhes sobrevenha.
- (B) os tratados internacionais que não versam sobre direitos humanos, como são a maioria dos Tratados em matéria tributária, são situados na hierarquia das normas abaixo da Constituição, tendo, portanto, *status* supralegal.
- (C) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas não podem constituir normas complementares dos Tratados e das Convenções Internacionais, para que não fira o Estado brasileiro no plano internacional.
- (D) os tratados e convenções internacionais não podem revogar ou modificar a legislação tributária interna, em observância às regras de interpretação estabelecidas, e em respeito aos compromissos internacionais ratificados.
- (E) como o procedimento de celebração de Tratados e convenções internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional se resolvem somente pelo Poder Executivo, o Poder Judiciário pode posteriormente revogar o Tratado.

50

É através da interpretação que o operador do direito realiza os comandos previstos no sistema normativo, buscando diversos métodos interpretativos existentes, as condições suficientes para atingir o objetivo final do Direito, qual seja: a aplicação justa da norma jurídica.

Sobre a interpretação e integração da legislação tributária, analise as afirmativas abaixo:

- I. A hermenêutica jurídica tem por objetivo o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito.
- II. Na falta de previsão legal específica, ou seja, a falta de normas que deveriam existir para regulamentar determinados fatos, mas que por motivos diversos não existem, a sua complementação é chamada de integração.
- III. A interpretação analógica, permitida pela própria lei, é aquela em que o próprio dispositivo determina que se aplique analogicamente o preceito, ou seja, após definir fórmula casuística, menciona os casos que devem ser compreendidos por semelhança.
- IV. É vedada a interpretação literal de legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- V. A lei tributária que define infrações, ou lhe comine penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao fisco, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e V, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III IV e V.

51

Pode-se dizer que o vínculo obrigacional nasce em virtude da lei e da ocorrência do denominado “fato imponible”.

Sobre a obrigação tributária, é correto afirmar que

- (A) o fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato.
- (B) a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- (C) a obrigação principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.
- (D) mesmo que os atos ou negócios jurídicos tenham sido praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, a autoridade administrativa não poderá desconsiderar tais atos ou negócios jurídicos.
- (E) sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade tributária.

52

O município Beta resolveu conceder isenção de IPTU para as pessoas com deficiência (PcD). Os contribuintes deveriam requerer na Prefeitura de Beta a isenção, que somente seria outorgada pessoalmente às pessoas que se enquadrassem nas condições estabelecidas pela lei. José, Maria e João são irmãos e coproprietários de um imóvel no município Beta, ao qual herdaram de seus pais. Maria tem apenas 15 anos de idade, já João e José são plenamente capazes. Como José é PcD, ele requereu na prefeitura a referida isenção do IPTU. No entanto, os irmãos receberam no início do ano seguinte, carnê de IPTU, no qual a Prefeitura Beta exige 2/3 do IPTU referente ao saldo de Maria e João. Indignados Maria e João foram à Prefeitura Beta reclamar da cobrança.

Com relação a situação descrita, é correto afirmar que

- (A) assiste razão a Maria e João, tendo em vista que a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados.
- (B) somente José que é PcD e Maria que é menor de idade tem direito ao não pagamento do tributo, devendo José pagar o saldo remanescente.
- (C) o Município Beta não pode outorgar isenção a somente um dos obrigados, em virtude do princípio da solidariedade.
- (D) assiste razão ao Município Beta, tendo em vista que a isenção quando outorgada pessoalmente a um dos obrigados solidários, não exonera os demais pelo saldo remanescente.
- (E) o Município Beta não poderia cobrar Maria, tendo em vista o benefício de ordem no qual deve-se primeiro cobrar a José. Caso ele não pague, Maria seria instada a pagar o tributo.

53

A Academia de ginástica Ômega, sociedade limitada unipessoal, cujo único sócio era Caio, situada no Município de Nova Iguaçu, estava passando por sérias dificuldades financeiras. Em virtude disso, Caio resolveu vender seu estabelecimento comercial para a academia de ginástica Delta, sociedade limitada, cujos sócios eram Mévio e Tício. Três meses depois, Caio passou em um concurso público e por isso desistiu de tentar reabrir a Academia Ômega ou qualquer outro ramo de atividade, se dedicando integralmente ao seu cargo público. Ocorre que, além de possuir várias dívidas com fornecedores, a Academia Ômega também tinha vários débitos de ISS. A Secretaria de Fazenda do Município de Nova Iguaçu ao tomar conhecimento da aquisição da Academia Delta pelo estabelecimento comercial da Academia Ômega, enviou todos os débitos não pagos de ISS para a Academia Delta via cobrança amigável, sob pena de inscrição em Dívida Ativa. Irresignado, Mévio e Tício foram à Secretaria de Fazenda do Município de Nova Iguaçu contestar a referida cobrança.

Com relação a situação descrita, é correto afirmar que

- (A) a cobrança não é válida, visto que não ocorreu a fusão, transformação ou incorporação da Academia Delta com a Academia Ômega.
- (B) a cobrança é válida e integral, pois até seis meses contados a partir da data da alienação, o adquirente, no caso a Academia Ômega, responde integralmente pelos tributos.
- (C) a cobrança não é válida, pois não foi continuada por nenhum sócio remanescente, ou seu espólio, sob a razão social da Academia Ômega.
- (D) a cobrança é válida, porém subsidiária à Academia Delta, tendo em vista que o alienante cessou a exploração do comércio ou atividade.
- (E) a cobrança é válida e integral, tendo em vista que a Academia Delta adquiriu o estabelecimento comercial, continuou com o mesmo ramo de exploração, e o alienante cessou com a exploração da atividade.

54

Com relação à responsabilidade tributária, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade é subsidiária ao diretor ou gerente de pessoas jurídicas, quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções.
- (B) a responsabilidade não é excluída pela denúncia espontânea da infração e do pagamento do tributo devido, em virtude do dolo específico do agente.
- (C) o sócio cotista ou acionista que não tenha poderes decisórios ou administrativos também é responsável tributário pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de infrações conceituadas por lei como crime.
- (D) a responsabilidade é pessoal ao agente, quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.
- (E) os diretores e gerentes respondem subsidiariamente pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei.

55

O lançamento do crédito tributário é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

Sobre o lançamento tributário, é correto afirmar que

- (A) a legislação aplicável ao lançamento é aquela do momento em que o procedimento do lançamento é realizado.
- (B) o lançamento é feito por declaração quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
- (C) o lançamento é efetuado de ofício quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.
- (D) o lançamento por homologação ocorre quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou.
- (E) se a lei não fixar prazo a homologação do crédito tributário será de um ano, a contar da ocorrência do fato gerador.

56

Na seara tributária a exigibilidade se refere à possibilidade de cobrança pela Fazenda Pública do seu crédito tributário.

Sobre a suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário é correto afirmar que

- (A) a moratória somente pode ser concedida em caráter geral pela União de tributos estaduais e municipais quando simultaneamente, concedida não só quanto aos tributos de competência federal, como também às obrigações de direito privado.
- (B) a prescrição, a decadência e o depósito do montante integral extinguem o crédito tributário.
- (C) o parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em Decreto, e disporá sobre condições especiais do devedor em recuperação judicial.
- (D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a compensação e a transação são causas de suspensão do crédito tributário.
- (E) uma vez excluído o crédito tributário por anistia ou isenção, o cumprimento das obrigações acessórias que dependem da obrigação principal também é dispensado.

57

Os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização serão estabelecidos pela legislação tributária.

Em virtude disso, é correto afirmar que

- (A) a Administração tributária poderá examinar livros, arquivos e demais documentos de natureza fiscal, sendo permitida a apreensão ou confisco deles.
- (B) não é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo.
- (C) a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização, somente se aplicam às pessoas jurídicas, inclusive às que gozem de imunidade tributária.
- (D) não é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- (E) as autoridades administrativas federais quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções não poderão requisitar o auxílio da força pública estadual, ou municipal por serem de entes diferentes.

58

Sobre o sigilo das operações de instituições financeiras previsto na Lei Complementar nº 105/2001, é correto afirmar que

- (A) constitui violação do dever de sigilo o fornecimento de dados financeiros e de pagamentos, relativos a operações de créditos a gestores de banco de dados, para a formação de histórico de crédito.
- (B) dependem de prévia autorização do Poder Judiciário a prestação de informações e o fornecimento de documentos sigilosos solicitados por comissão de inquérito administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições.
- (C) a quebra de sigilo não poderá ser decretada mesmo quando necessária para apuração de crime contra a ordem tributária e a previdência social.
- (D) o servidor público que utilizar ou viabilizar a utilização de qualquer informação obtida em decorrência da quebra de sigilo não responde pelos danos decorrentes, em virtude da responsabilidade objetiva do ente público.
- (E) dependem de prévia autorização do Poder Judiciário, a prestação de informações e o fornecimento de documentos sigilosos das instituições financeiras, solicitados por comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação.

59

No que tange aos crimes contra a ordem tributária definidos na Lei nº 8.137/90, é correto afirmar que

- (A) deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal relativa à venda de mercadoria efetivamente realizada, não constitui crime contra a ordem tributária, mas sim contravenção.
- (B) constitui crime praticado por funcionário público falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- (C) constitui crime funcional contra a ordem tributária extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função.
- (D) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento, não constitui crime contra a ordem tributária, mas sim contravenção.
- (E) constitui crime praticado por funcionário público utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

60

Quanto aos crimes de descaminho, apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária previstos no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) constitui crime de descaminho importar ou exportar mercadoria proibida.
- (B) constitui crime de sonegação de contribuição previdenciária deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal.
- (C) no crime de apropriação indébita previdenciária, mesmo que o agente não tenha promovido o pagamento da contribuição social previdenciária, é facultado ao juiz aplicar somente a pena de multa, quando o agente for primário.
- (D) a pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte terrestre.
- (E) no crime de sonegação de contribuição previdenciária é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, e presta as informações devidas à previdência social, antes do início da ação fiscal.

Contabilidade Geral e Avançada

61

Em 31/12/2023, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponibilidades	20.000	Fornecedores	30.000
Clientes	120.000	Passivo não Circulante	
Ativo não Circulante		Empréstimos	70.000
Realizável a Longo Prazo		Patrimônio Líquido	170.000
Contas a receber	50.000		
Imobilizado			
Terreno	80.000		
Ativo Total	270.000	Passivo+ PL	270.000

Dos ativos e passivos no balanço patrimonial, a empresa considera que a movimentação da conta clientes tem efeito relevante.

Assinale a opção que indica as contas que devem ser ajustadas a valor presente, de acordo com a NBC TG 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente.

- (A) Clientes e fornecedores, apenas.
- (B) Contas a receber e empréstimos, apenas.
- (C) Fornecedores, clientes e empréstimos, apenas.
- (D) Clientes, contas a receber e empréstimos, apenas.
- (E) Contas a receber, terreno e empréstimos, apenas.

62

Em 01/01/2023, uma entidade apresentava em seu balanço patrimonial uma provisão para contingências no valor de R\$40.000, que estava ajustada a valor presente.

Em 31/12/2023, na atualização da provisão, o seu valor contábil aumentou, refletindo a passagem do tempo.

A contrapartida do aumento da provisão deve ser reconhecida como

- (A) despesa operacional, na demonstração do resultado do exercício.
- (B) despesa financeira, na demonstração do resultado do exercício.
- (C) outras despesas, na demonstração do resultado do exercício.
- (D) outros resultados abrangentes, na demonstração do resultado abrangente.
- (E) ajuste de avaliação patrimonial, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

63

Em 31/12/2023, uma sociedade empresária apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício:

Receita de Vendas	200.000
CMV	-150.000
Lucro Bruto	50.000
Despesas Operacionais	
Aluguel	-24.000
Salários	-12.000
Depreciação	-18.000
Prejuízo	-4.000

Além disso, verificou as seguintes variações, quando comparados os balanços patrimoniais de 31/12/2022 e 31/12/2023:

Estoques: Diminuição de R\$200.000 para R\$50.000.

Salários a pagar: Aumento de zero para R\$12.000.

Empréstimos a pagar: Aumento de zero para R\$80.000.

Assinale a opção que indica o fluxo de caixa gerado pela atividade operacional no ano de 2023:

- (A) R\$158.000.
- (B) R\$162.000.
- (C) R\$176.000.
- (D) R\$184.000.
- (E) R\$256.000.

64

Uma empresa industrial adquiriu 8% das ações de seu fornecedor de matéria-prima, com o objetivo estratégico de possuir melhor relacionamento com ele e garantir matéria-prima para a sua linha de produção. A empresa não tem intenção e nem interesse em vender as ações.

Assinale a opção que indica o tratamento contábil que gera a informação mais aplicável para a empresa industrial, em relação ao objetivo estratégico do investimento, considerando a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros:

- (A) Reconhecimento pelo método do custo, com contrapartida em Resultado.
- (B) Reconhecimento ao custo corrente corrigido, com contrapartida em Resultado.
- (C) Reconhecimento pelo método da equivalência patrimonial, com contrapartida em Resultado.
- (D) Reconhecimento pelo método do custo, com contrapartida em Outros Resultados Abrangentes.
- (E) Reconhecimento ao valor justo, com contrapartida em Outros Resultados Abrangentes.

65

Uma sociedade empresária entrou na justiça por danos morais contra um cliente, que não cumpriu as suas obrigações, causando grande prejuízo. Os advogados da sociedade empresária estimavam que a entrada de benefícios econômicos era provável e conseguiam estimar os efeitos financeiros, a título da dívida corrigida e da indenização.

Assinale a opção que indica o procedimento da sociedade empresária em relação à causa:

- (A) nada deve ser feito.
- (B) reconhecimento de uma receita.
- (C) reconhecimento de uma despesa.
- (D) divulgação de um ativo contingente.
- (E) reconhecimento de um ativo contingente.

66

Uma sociedade empresária era arrendatária de algumas edificações. Em 01 de janeiro de 2019, com a entrada em vigência da NBC TG 06 (R3) – Arrendamento, a sociedade empresária passou a avaliar o arrendamento como Direito de Uso.

A aplicação deste tratamento contábil representa

- (A) correção de erro.
- (B) evento subsequente.
- (C) mudança voluntária.
- (D) mudança de estimativa.
- (E) mudança de política contábil.

67

A Cia Azul possui participação no patrimônio líquido da Cia Cinza, da Cia Rosa e da Cia Roxo. A Cia Azul tem o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da Cia Cinza e da Cia Roxo. Além disso, na Cia Roxo tem o controle individual sobre essas políticas.

De acordo com a definição da NBC TG 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a Cia Azul tem apenas influência significativa na(s)

- (A) Cia Cinza, somente.
- (B) Cia Roxo, somente.
- (C) Cia Rosa, somente.
- (D) Cia Cinza e Cia Roxo, somente.
- (E) Cia Cinza, Cia Rosa e Cia Roxo.

68

Leia o fragmento a seguir.

Ao término de cada período de reporte, os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio _____. Já os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se a taxa de câmbio _____.

Assinale a alternativa cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, de acordo com a NBC TG 02 (R3) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

- (A) de fechamento - vigente na data da transação.
- (B) vigente na data da transação - de fechamento.
- (C) média do período - vigente na data de transação.
- (D) de fechamento - média do período.
- (E) média do período - de fechamento.

69

A Cia A, que é localizada no Brasil e tem como moeda funcional o Real, tem 100% de participação no patrimônio líquido da Cia B, que é localizada nos Estados Unidos e tem como moeda funcional o dólar.

Em 31/12/2022, o balanço patrimonial da Cia B apresentava os seguintes saldos: Terreno: US\$200 e Capital Social: US\$200. Na data, a cotação do dólar era R\$5,00.

No ano de 2023, o dólar apresentou variação de 5%. A Cia B não realizou outras operações.

Assinale a opção que indica a conta onde foi reconhecido o efeito da flutuação do câmbio nas demonstrações consolidadas.

- (A) Outras receitas e despesas.
- (B) Outros resultados abrangentes.
- (C) Ajustes de exercícios anteriores.
- (D) Receita de equivalência patrimonial.
- (E) Despesa de equivalência patrimonial.

70

Em 01/01/2024, a Cia X adquiriu 100% de participação no patrimônio líquido da Cia Y por R\$120.000.

Na data, a Cia Y apresentava as seguintes contas em seu balanço patrimonial: Disponibilidades: R\$100.000; Capital Social: R\$100.000.

A Cia X atribuiu o valor excedente ao montante pago pela existência, na Cia Y, de força de trabalho de qualidade.

Assinale a opção que indica a apresentação da força de trabalho no balanço patrimonial consolidado na data de aquisição:

- (A) Goodwill em investimentos.
- (B) Goodwill em ativo intangível.
- (C) Capital intelectual em investimentos.
- (D) Capital intelectual em ativo imobilizado.
- (E) Capital intelectual em ativo intangível.

71

Em 01/01/2018, uma sociedade empresária adquiriu um terreno para utilizar em seus negócios por R\$100.000.

A sociedade empresária realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos ativos, de acordo com a NBC TG 01(R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e segue a legislação brasileira.

Em relação ao terreno ela constatou o seguinte:

Ano	Valor recuperável
31/12/2019	90.000
31/12/2020	80.000
31/12/2021	120.000
31/12/2022	115.000
31/12/2023	110.000

Em 31/12/2023, após a realização do teste, a sociedade empresária analisou o impacto acumulado do teste de recuperabilidade dos cinco anos em seu resultado, e obteve o seguinte montante

- (A) -R\$20.000.
- (B) -R\$10.000.
- (C) zero.
- (D) R\$10.000.
- (E) R\$20.000.

72

Em 01/01/2022, uma sociedade empresária realizou uma captação de recursos no mercado financeiro, via debêntures, no valor de R\$100.000. Na data, os custos da captação foram de R\$15.000 e os investidores pagaram um prêmio de R\$8.000.

O resgate da debênture será realizado ao final de quatro anos em um único pagamento, de R\$190.000.

Assinale a opção que indica o montante das despesas financeiras relacionadas à transação.

- (A) R\$67.000.
- (B) R\$83.000.
- (C) R\$90.000.
- (D) R\$97.000.
- (E) R\$103.000.

73

Uma loja de roupas inicia as suas operações em 01/12/2021. Em 31/12/2021, ela adquire, de uma empresa do mesmo setor, uma lista de clientes por R\$50.000. Na data, a loja estimava obter benefícios da informação contida na lista durante 4 anos, de modo linear. Em 31/12/2022, a loja constatou que a lista trouxe efetivamente benefícios de R\$20.000 no ano e estimava que os benefícios a partir da lista seriam de R\$25.000 em 2023.

Durante 2023, com a experiência obtida, a loja adicionou à lista novos nomes de clientes, e estimou que seu valor recuperável seria de R\$40.000 em 31/12/2023.

Assinale a opção que indica o valor contábil da lista de clientes adquirida em 31/12/2023, considerando que a loja utiliza o método da linha reta para amortizar os seus ativos intangíveis:

- (A) R\$5.000.
- (B) R\$20.000.
- (C) R\$25.000.
- (D) R\$30.000.
- (E) R\$40.000.

74

Em 31/12/2008, uma sociedade empresária apresentava o saldo de R\$100.000 em seu ativo diferido. Os contadores verificaram que, destes, R\$80.000 poderiam ser alocados a outro grupo de contas, enquanto R\$20.000, não poderiam, pela sua natureza.

Assinale a opção que indica o procedimento contábil em relação ao saldo de R\$20.000, de acordo com a Lei 6.404/76 e suas modificações.

- (A) Manutenção em ativo diferido.
- (B) Transferência para ajuste de avaliação patrimonial.
- (C) Transferência para ajustes de exercícios anteriores.
- (D) Lançamento como despesa de operações descontinuadas.
- (E) Alocação proporcional, com base na alocação do restante do ativo.

75

Em relação à mensuração do valor justo, analise as características a seguir:

- I. Condição do ativo.
- II. Localização do ativo.
- III. Restrições para a venda ou uso do ativo.

De acordo com a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do Valor Justo, ao mensurar o valor justo de um ativo, uma entidade deve considerar as suas características, se os participantes do mercado, ao precificar o ativo levarem em consideração o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Auditoria

76

Um auditor independente verificou que havia maiores riscos de fraude no reconhecimento do resultado em uma entidade, visto que o bônus da administração era atrelado ao desempenho, medido em termos de crescimento do lucro.

Para considerar o resultado da entidade, a auditoria deve certificar-se, portanto, que não houve

- (A) uso de estimativas.
- (B) alteração do método de controle do estoque sem justificativa.
- (C) pagamento de impostos no prazo incorreto.
- (D) falta de reconhecimento da distribuição de dividendos.
- (E) integralização do capital social com reserva de lucros.

77

O auditor independente de uma entidade utiliza amostragem estatística na execução de procedimentos de auditoria.

De acordo com esse tipo de amostragem, os itens da amostra são selecionados de modo que

- (A) apresentam maior relevância dentro da amostra.
- (B) possuem as características desejáveis dentro da população.
- (C) relacionam-se aos maiores valores monetários dentro da amostra.
- (D) cada unidade de amostragem reflete o julgamento inicial do auditor.
- (E) cada unidade de amostragem tem uma probabilidade conhecida de ser selecionada.

78

Com relação aos testes de detalhes, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Quanto maior for a distorção tolerável, maior o tamanho da amostra precisa ser.
- () Quanto mais alta a avaliação do risco de distorção relevante do auditor, menor deve ser o tamanho da amostra.
- () Quanto maior for o valor da distorção que o auditor espera encontrar na população, menor deve ser o tamanho da amostra para se fazer uma estimativa razoável do valor real de distorção na população.

As afirmativas são, respectivamente:

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

79

De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, a evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho, mas também de outras fontes.

Em relação a elas, analise as afirmações a seguir:

- I. registros contábeis e outras fontes internas e externas da entidade;
- II. informações de auditorias anteriores, que permanecem relevantes e confiáveis; e
- III. ausência de informações, como a recusa da administração em fornecer uma representação solicitada.

Pode representar evidência de auditoria o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

80

Em relação aos procedimentos de auditoria, assinale a opção correta.

- (A) O recálculo consiste na verificação eletrônica da exatidão matemática de documentos e do julgamento de estimativas.
- (B) A confirmação externa consiste na avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.
- (C) A indagação consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade e pode ser escrita e oral.
- (D) A reexecução consiste no exame do processo ou procedimento realizado por outros, como a contagem do estoque e a realização de controles.
- (E) Os procedimentos analíticos envolvem a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.

81

De acordo com a NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis, entre os objetivos do auditor está

- (A) prevenir a fraude e reduzir as oportunidades de sua ocorrência.
- (B) detectar fraudes nas demonstrações contábeis e a causa de sua existência.
- (C) nomear os responsáveis pela fraude e incentivar a aplicação de penalidades pela organização.
- (D) identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis decorrente de fraude.
- (E) dissuadir a fraude e persuadir os indivíduos a não perpetrar fraude por causa da probabilidade de detecção.

82

Para cada tipo fraude, os fatores de risco podem ser classificados com base em três condições geralmente presentes quando ocorrem distorções relevantes decorrentes de fraude.

Relacione os fatores de risco relativos a distorções relevantes de informações contábeis fraudulentas com um respectivo exemplo.

1. Incentivos/pressões.
 2. Oportunidades.
 3. Atitudes/racionalizações.
- () Operações significativas localizadas ou conduzidas no exterior, em jurisdições em que existem ambientes e culturas de negócios diferentes.
- () Participação ou preocupação excessiva da administração não financeira com a seleção de políticas contábeis ou com a determinação de estimativas significativas.
- () Alta vulnerabilidade a mudanças rápidas, tais como mudanças na tecnologia, na obsolescência de produtos ou nas taxas de juros.

A numeração correta na ordem apresentada é

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 2 – 1 – 3.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 3 – 1 – 2.
- (E) 3 – 2 – 1.

83

Ao auditar o balanço patrimonial de uma sociedade empresária o auditor independente verificou que o saldo do ativo imobilizado aumentou de um período a outro.

Assinale a opção que indica uma informação evidenciada em nota explicativa que pode justificar o aumento.

- (A) Diminuição na vida útil.
- (B) Aumento no valor residual.
- (C) Venda com lucro de um ativo.
- (D) Reversão de perda de recuperabilidade.
- (E) Mudança no método de depreciação.

84

De acordo com a NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis, dois tipos de distorções nas demonstrações contábeis intencionais são pertinentes para o auditor: distorções decorrentes de informações contábeis fraudulentas e da apropriação indevida de ativos.

Nas opções são mostrados exemplos de apropriação indevida de ativos, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Omitir, antecipar ou atrasar o reconhecimento, nas demonstrações contábeis, de eventos e operações que ocorreram durante o período das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas.
- (B) Fazer a entidade pagar por produtos e serviços não recebidos, por meio de pagamentos a fornecedores fictícios.
- (C) Fraudar documentos, apropriando-se de valores cobrados ou desviando valores recebidos relativos a contas já baixadas para as suas contas bancárias pessoais.
- (D) Furtar ativos físicos ou propriedade intelectual, como estoques para uso pessoal, e entrar em conluio com concorrentes para repassar dados tecnológicos em troca de dinheiro.
- (E) Utilizar ativos da entidade para uso pessoal ou como garantia de empréstimo pessoal ou a parte relacionada.

85

Um auditor independente executou uma revisão retrospectiva dos julgamentos e premissas da administração relacionadas com as estimativas contábeis refletidas nas demonstrações contábeis do exercício anterior. Ele verificou que o risco de inadimplência, utilizada no cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa era estimado em 4% em 2023. No entanto, a administração aplicou a porcentagem de 6% sobre os valores a receber.

Foi percebido pelo auditor que o uso de 6% gerou um efeito que **não** era real sobre

- (A) ativo e despesas.
- (B) ativo e receitas.
- (C) ativo e passivo.
- (D) passivo e receitas.
- (E) passivo e despesas.

Legislação Municipal Específica

86

Com relação à tributação municipal, à receita e despesa, e ao orçamento previstos na Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) a fixação de preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais será feita pelo Secretário de Fazenda, mediante Resolução.
- (B) compete ao município instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial, sobre a transmissão *inter vivos*, sobre território rural e sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado.
- (C) o plano plurianual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- (D) o orçamento será variável, incorporando-se, na receita, todos os tributos, rendas, suprimentos de fundos, a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- (E) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

87

De acordo com o Código Tributário Municipal de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) o Município de Nova Iguaçu pode instituir impostos sobre autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.
- (B) a vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços do Estado é extensiva ao patrimônio e aos serviços de suas empresas públicas.
- (C) a vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços, da União e do Estado não se aplica ao patrimônio e aos serviços em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- (D) a vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público exonera o promitente comprador, da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- (E) O Município de Nova Iguaçu pode estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

88

Com relação ao IPTU previsto no Código Tributário Municipal de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU ocorre no dia 31 de dezembro, de cada exercício financeiro.
- (B) a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o “VVC” – Valor Venal da construção.
- (C) na determinação da base de cálculo se considera as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.
- (D) ocorrendo a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, localizado na Zona Urbana do Município, nasce a obrigação fiscal do IPTU, independentemente da legalidade, da ilegalidade, da licitude e da ilicitude do objeto do ato jurídico.
- (E) O Município de Nova Iguaçu poderá adotar como base de cálculo a superfície do imóvel ou o “status” econômico de seu proprietário.

89

Sobre o Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI, é correto afirmar que

- (A) não incide sobre a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos.
- (B) incide sobre a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação.
- (C) a base de cálculo é a soma do valor venal do terreno “VVT”, com o valor venal da construção “VVC”.
- (D) incide sobre a transmissão de bens ou direitos, quando incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (E) a alíquota é variável conforme a circunstância e a peculiaridade da transmissão, da cessão e da permuta, inclusive quando se tratar de transmissão, cessão ou permutas financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação.

90

Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N. exigido pelo Município de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão e que envolvam pagamento de tarifa.
- (B) incide sobre os serviços de comunicação e circulação de mercadorias.
- (C) considera-se ocorrido o fato gerador após a prestação do serviço, que somente pode ser exercido por pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.
- (D) não incide sobre os serviços provenientes do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- (E) a caracterização do fato gerador, bem como a sua incidência, não dependem da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para o registro de sua respectiva receita.

91

Com relação aos contribuintes, o lançamento e o recolhimento do ISS, é correto afirmar que

- (A) o lançamento do ISS será efetuado por homologação pela autoridade administrativa na prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte.
- (B) são contribuintes do ISS os diretores e os membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.
- (C) o pagamento antecipado do sujeito passivo extingue, potencialmente, o crédito tributário, todavia, a extinção, efetiva, fica condicionada à resolução da ulterior homologação do lançamento.
- (D) o lançamento do ISS será feito por declaração da autoridade administrativa, na prestação de serviço sob a forma de sociedade de profissional liberal.
- (E) o ISS não poderá levar em conta a situação fática dos serviços prestados no momento da prestação dos serviços.

92

O Decreto nº 7.326/2006 regulamenta a responsabilidade pela retenção na fonte e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativos aos serviços tomados no âmbito do Município de Nova Iguaçu.

Sobre a substituição tributária prevista no referido Decreto, é correto afirmar que

- (A) independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, o responsável tributário não é obrigado integralmente a recolher o ISS, acrescido de multa, juros e atualização monetária, quando não recolhido no prazo legal.
- (B) são responsáveis pela retenção na fonte e pelo recolhimento do ISSQN, o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado em outro País.
- (C) o prestador do serviço responde solidariamente, em caso de descumprimento total ou parcial, pelo responsável pelo recolhimento do ISS.
- (D) não são responsáveis pela retenção na fonte e pelo recolhimento do ISSQN as instituições financeiras ou equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- (E) quando se tratar de retenção e recolhimento do ISS, relativo aos serviços prestados por pessoas físicas e autônomos, as alíquotas serão variáveis entre 3% a 5% dependendo do serviço a ser prestado.

93

Com relação à Taxa de Localização de Estabelecimento prevista no Código Tributário de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) a base de cálculo da Taxa de Localização de Estabelecimento será o valor venal do imóvel – VVI.
- (B) a autorização para Funcionamento será cassada, sem prévia notificação, se for constatada que no local é exercida atividade não permitida ou diversa daquela para a qual tiver sido concedida a Autorização.
- (C) a licença ou a autorização de localização de estabelecimento de qualquer atividade econômica no Município de Nova Iguaçu será instrumentalizada pelo requerimento precário, permissão provisória ou alvará definitivo, conforme o caso.
- (D) a Taxa de Localização de Estabelecimento incide inclusive sobre as pessoas físicas não estabelecidas.
- (E) o sujeito passivo da Taxa de Localização de Estabelecimento é somente pessoa física, sujeita ao desempenho pelo órgão competente, da fiscalização exercida sobre a localização de estabelecimento.

94

No que tange às Taxas de Fiscalização de Anúncio, Fiscalização Sanitária, Controle Ambiental e de Obra em Área Particular, previstas no Código Tributário de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) a Taxa de Fiscalização de Anúncio decorre da utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- (B) a Taxa de Fiscalização Sanitária incide sobre pessoas físicas que prestam seus serviços no estabelecimento ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.
- (C) a Taxa de Controle Ambiental e sua renovação terão seus valores fixados de acordo com o setor de atividade, porte do empreendimento, o potencial poluidor da atividade e o tipo da licença requerida.
- (D) fato gerador da Taxa de Fiscalização Sanitária é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Município de Nova Iguaçu para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
- (E) a base de cálculo da Taxa de Obra em Área Particular será determinada em função do valor venal da construção - VVC.

95

Sobre a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC, analise as afirmativas abaixo:

- I. a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo será lançada, anualmente, por homologação pela autoridade administrativa;
- II. a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo não poderá ser recolhida em conjunto com o IPTU e com as demais TSPEDs – Taxas de Serviços Específicos e Divisíveis; e
- III. a base de cálculo da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo será determinada, para cada imóvel, através de rateio, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

96

Com relação à contribuição de melhoria prevista no Código Tributário de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) o fato gerador é a realização de obra pública.
- (B) o lançamento ocorrerá com a publicação do edital demonstrativo do custo da obra de melhoramento.
- (C) incide no caso de valorização de imóveis de propriedade pública e privada.
- (D) a base de cálculo é o custo da obra pública.
- (E) o sujeito passivo é todo titular de propriedade situado no Município de Nova Iguaçu, mesmo não tendo alcançado acréscimo do valor do imóvel.

97

Sobre a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP) cobrada no Município de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) o Chefe do Executivo fica autorizado a celebrar convênio com a União, para o seu lançamento e a arrecadação.
- (B) a base de cálculo a ser exigida pelo Município, para fazer face ao custo, será cobrada adotando-se como critério o benefício potencial, calculado através de índices cadastrais das respectivas ZINs – Zonas de Influência.
- (C) o fato gerador é o fornecimento de energia elétrica seja ela residencial, comercial ou industrial.
- (D) a cobrança poderá ser feita juntamente com a fatura mensal de energia elétrica, e não poderá ser cobrada na mesma guia do IPTU.
- (E) os valores da COSIP serão reajustados, anualmente, pelo índice oficial utilizado para o reajuste da tarifa de energia elétrica.

98

Com relação a administração tributária prevista no Código Tributário de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) é vedado aos órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais, a assistência aos contribuintes sobre a interpretação e observância das leis fiscais.
- (B) o prefeito não é considerado autoridade fiscal.
- (C) os órgãos fazendários farão imprimir, distribuir ou autorizar a confecção e comercialização de modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes.
- (D) é vedado à Fazenda Pública permutar elementos de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual.
- (E) a Fazenda Pública Municipal pode divulgar qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

99

A Lei nº 3.720/2005 alterada pela Lei nº 4.193/2012 e a Lei 5.094/2023 disciplinam a carreira, as classes e os cargos públicos de Auditor Fiscal do Tesouro Municipal no Município de Nova Iguaçu.

Com base nas referidas leis, é correto afirmar que

- (A) é vedado ao auditor fiscal do tesouro municipal emitir parecer em processos de consulta e de regime especial.
- (B) as promoções na carreira de Auditor Fiscal serão feitas da primeira classe para a classe especial mediante prova e após o auditor completar cinco anos de efetivo serviço público.
- (C) não são estendidas todas as atribuições, prerrogativas e vantagens ao auditor fiscal do tesouro municipal do quadro suplementar.
- (D) é prerrogativa do Auditor Fiscal ingressar, mediante simples identificação, em qualquer recinto sujeito à fiscalização dos tributos municipais, quando no exercício de suas atribuições.
- (E) é assegurado gratificação por todos os trabalhos executados por acesso remoto, “VPN”, e em horário noturno.

100

Sobre o procedimento fiscal previsto no Código Tributário de Nova Iguaçu, analise as afirmativas a seguir:

- I. havendo prova, ou fundada suspeita, de que os bens e documentos se encontram em residência particular ou lugar utilizando como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo de medidas necessárias para evitar a remoção clandestina;
- II. prescreve em 5 (cinco) anos o direito de retirar o saldo dos bens levados a hasta pública ou leilão;
- III. é vedado à autoridade fiscal estimar de ofício a base de cálculo quando se tratar de sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe, sistematicamente, de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais;
- IV. a Autoridade Fiscal ou qualquer pessoa, quando não competente para lavrar Auto e Termo de Fiscalização, poderá representar contra toda ação ou omissão contrária às disposições da Legislação Tributária ou de outras leis ou regulamentos fiscais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

RASCUNHO

Realização

